

12. PEDIDO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS - "HUAWEI TECH PORTUGAL":

Submete-se à consideração do Executivo o pedido de isenção ou redução de taxas e outras receitas municipais, apresentado por "Huawei Tech Portugal", para o evento "Huawei Roadsow", taxa essa no valor de 816,57€.

Tem parecer da Divisão Financeira segundo a qual o requerente deverá pagar as taxas devidas no valor de 816,57€.

*À S.ª do Senhor,
em nome de independente.*

17.06.25



PEDIDO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

Nos termos do disposto no nº 1 do artigo H-1/16º do Código Regulamentar do Município de Braga, submete-se pedido de isenção de taxas de Ocupação de Espaço Público, apresentado por "Huawei Tech Portugal", para o evento "Huawei Roadsow", a realizar no dia 22 de junho de 2017.

Trata-se de Ocupação de Espaço Público com estacionamento de dois veículos pesados no Largo do Póculo para realização do evento mencionado, prevista no nº 3.3.1 da Tabela de Taxas Municipais 2017 e apresenta a seguinte fundamentação:

"Pedimos isenção do licenciamento devido ao Memorando de Entendimento para a TIC assinado entre a Autarquia e a Huawei Portugal".

O valor das taxas, referente à Ocupação do Espaço Público a realizar no dia 22 de junho, importa em 816,57€.

- Considerando que:

- Foi criada uma Informação Interna (I/151/DSJC/2017) por indicação da Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso (DSJC) para esclarecimento do Memorando de Entendimento;

- A informação da DSJC encontra desconformidades no Memorando de Entendimento mencionado pela empresa Huawei, que se transcreve: "Os elementos presentes a esta Divisão são manifestamente insuficientes para uma análise jurídica dos "memorando de entendimento" apresentados.r. Com efeito importa previamente esclarecer com precisão quais as obrigações direitos que as partes pretendem assumir, o interesse público que pretende prosseguir, os custos inerentes a este projeto e outras circunstâncias que eventualmente se revelem pertinentes para a uma adequada análise jurídica. Acresce que nos termos previstos no CPA todos os documentos a subscrever devem esta redigidos em língua portuguesa, devendo igualmente ter presente as regras da publicidade previstas naquele Código de procedimento administrativo".

- Esta informação mereceu o "Concordo" da Chefe da DSJC, com conhecimento ao Sr. Presidente e o presente despacho do Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva; "Concordo. Falta designadamente, saber se existem objeções que gerem despesa para o Município";

- Se trata de promoção de actividade comercial, concorrente dos operadores económicos a exercerem actividade em instalações fixas, sujeitas a vários tipos de tributação;
- A isenção ou redução de taxas pressupõe o fundamento no manifesto e relevante interesse municipal da actividade desenvolvida, atendendo ao previsto no artigo H-1/16º e seguintes do Código Regulamentar do Município de Braga;

Deve o requerente, smo, pagar as taxas devidas.

À consideração superior.

Braga 22 de junho de 2017.

A Chefe Divisão Financeira

Duranda,

Concedido.

17.06.23

